

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.683 - SP (2019/0299169-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : JOAO DAVID DE MELLO
ADVOGADO : JOAO DAVID DE MELLO - SP051501
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VIVIANE BARRETO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de VIVIANE BARRETO contra ato praticado pelo Juízo da 1ª Vara do Júri do Foro Central Criminal de São Paulo/SP (Ação Penal n. 00006945.51.2016.8.26.0052) que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva da paciente.

Depreende-se dos autos que a paciente está sendo acusada da prática do crime de homicídio qualificado, praticado em desfavor do seu companheiro.

No presente *writ*, sustenta que estão ausentes da espécie os requisitos autorizadores da prisão cautelar, especialmente porque a paciente é primária, possui filhos menores e netos que dependem dela para o seu sustento e problemas de saúde. Aduz que a única testemunha protegida do caso possui diversos antecedentes criminais, é seu desafeto e por isso suas declarações são suspeitas.

Ressalta, por fim, que não há contemporaneidade na prisão, pois o crime se consumou em 12/12/2015.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva da paciente.

É o relatório, **decido**.

Não há como prosseguir a irresignação. Isso porque, de acordo com a inicial, o *habeas corpus* volta-se contra suposto constrangimento ilegal praticado pelo Juízo de primeiro grau. Além disso, a narrativa não faz menção a

Superior Tribunal de Justiça

ato proferido pelo Tribunal estadual, em relação ao objeto do presente *mandamus*, que evidencie a competência desta Corte (Art. 105, II, da Constituição Federal).

A propósito, *Este Superior Tribunal de Justiça não tem competência para apreciar Habeas Corpus impetrado contra ato de Juiz de Direito* (HC n 84.947/SP, Quinta Turma, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 06/03/2008).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido.

Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, órgão jurisdicional competente para processar e julgar o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator